

**Ao Reitor da Universidade de São Paulo,
Prof. Dr. VAHAN AGOPYAN**

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADUSP, seção sindical da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR SINDICATO NACIONAL – ANDES, regularmente inscrita no CNPJ sob o n. 51.688.943/0001-90, por seu representante legal, Prof. Rodrigo Ricupero, com base no artigo 5º, inc. XXXIII, da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas – dirige-se respeitosamente a Vossa Senhoria, com o objetivo de apresentar o seguinte

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Relacionadas aos dados pessoais coletados e tratados pelos meios telemáticos de comunicação e ensino, bem como sobre medidas de segurança de informação adotadas por esta Universidade.

1. Considerações preliminares

Ainda que a Lei de Acesso à Informação seja assente na desnecessidade de justificar-se o pedido de informações, a requerente compreende que importa tecer algumas considerações preliminares. Com a ocorrência da pandemia de Covid-19, notoriamente a universidade passou a adotar medidas de ensino à distância, com a realização de classes virtuais e grande fluxo de informações sendo transacionadas via plataformas cibernéticas.

Nesse aspecto, informações de interesse público não restaram devidamente publicizadas, obstando a realização de controle social sobre a Administração Pública no aspecto. Isso porque os atos e decisões administrativas que consignaram a respeito dos

Adusp

procedimentos da modalidade remota de educação não são transparentes, carecendo de informações fundamentais para a averiguação do respeito às garantias dos servidores e alunos da instituição. Especificamente, a Universidade deixou de dar publicidade para questões referentes aos protocolos de proteção de dados pessoais e de segurança de informações científicas.

Assim, deve-se ter em vista que a Lei de Acesso à Informação prevê, em seu art. 1º, parágrafo único, inciso II, que as Autarquias submetem-se ao regime de Acesso à Informação. Nesse ínterim, considerando que não foram alcançadas informações sobre os serviços e plataformas que intermedeiam as aulas virtuais, bem como sobre as formas de tratamento das informações pessoais e científicas, faz-se necessário o presente pedido de acesso a informações, com fulcro nos arts. 10 e 11 da Lei 12.527/2011.

Os requerimentos levam em consideração a necessidade de observância da realidade que se impõe, de fluxo e captação de dados pessoais consoante prediz a Lei Geral de Proteção de Dados, cujas disposições merecem desde já observância, considerando que os contratos referentes a plataformas e serviços virtuais, bem como o manejo de dados coletados agora na universidade, perdurarão até sua entrada em vigor. Nesse sentido, espera-se que as respostas levem em consideração os conceitos trazidos pela LAI, pelo Marco Civil da Internet e pela Lei Geral de Proteção de Dados, no que toca o tipo de dados, a titularidade dos mesmos, o tratamento, o descarte, os princípios, as responsabilidades do controlador e operador do tratamento, entre outros, conforme requerido.

2. Dos requerimentos

Isso exposto, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – ADUSP solicita saber:

2.1 No que toca às plataformas usadas para aulas virtuais e outras formas de comunicação entre docentes e alunos:

Adusp

Dos agentes de coleta e tratamento de Dados:

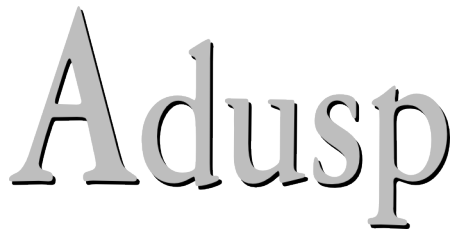
- 1) Qual(is) programa/software(s) é(são) utilizado(s) para qual tipo de atividade remota (realização de aulas por meio telemático, troca de emails, entre outros);
- 2) Qual(is) empresa(s) é(são) fornecedora(s) dos serviços, com indicação se as mesmas são nacionais ou estrangeira;
- 3) O inteiro teor do contrato com a(s) empresa(s) prestadora(s) dos serviços e se houve licitação, incluindo indicação do valor e duração dos serviços contratados;
- 4) Se é necessário cadastro individual dos usuários docentes e alunos para utilização dos serviços;
- 5) Se há avisos sobre a política de privacidade e proteção de dados e possibilidade de opção *opt out*, com uso do serviço mesmo em desacordo de alguma cláusula;
- 6) o teor integral da política de privacidade e proteção de dados da empresa operadora/prestadora do serviço;
- 7) se a Universidade investe em servidores próprios e quanto;
- 8) Especificamente no caso dos e-mails funcionais, a caixa postal dos professores, técnicos e estudantes da USP é administrada por alguma empresa privada; se os servidores de e-mail da universidade estão hospedados nas dependências da USP ou em servidores de empresas privadas; em não sendo na USP, onde e com quais protocolos de segurança;

Da coleta de dados, do tipo de tratamento e do armazenamento:

- 9) Se a universidade possui o levantamento de quais tipos de dados e concernentes a quais titulares são coletados e tratados no processo de aulas virtuais, de troca de e-mails e outros, se houver; se sim, quais são;
- 10) Qual a finalidade da coleta e tratamento, e se é observado o princípio da minimização;
- 11) quais as bases legais para cada finalidade de tratamento;

Adusp

- 12) Se esses dados são usados por terceiros – ou compõem base de dados sobre o qual terceiro tem acesso; Se sim, quem é o terceiro; Se sim, o terceiro usa para qual finalidade e com fulcro em qual base legal;
- 13) Quais são os protocolos de segurança de informação usados pelo sistema e pelo servidor do controlador e do operador do tratamento de dados pessoais;
- 14) Qual é o período de armazenamento de cada tipo de dados e o porquê do estabelecimento de cada período indicado;
- 15) Onde e como os dados são armazenados e se é possível a portabilidade dos dados para outra empresa/servidor, caso a universidade deseje;
- 16) Se os dados são tratados ou armazenados em no Brasil ou em território estrangeiro;
- 17) Se há política de descarte de dados, e se o titular do dado pode requerer a retificação ou o descarte;
- 18) se houve análise de risco sobre o processo de coleta e tratamento de dados;
- 19) quais medidas e mecanismos voltados a mitigar os riscos identificados, por parte do controlador e do operador de dados;
- 20) como é feito o processo de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos aos titulares e que possam impor restrições não previstas em lei aos usuários de serviços públicos, conforme previsto na LGPD e decorrente do sistema normativo protetor dos consumidores e dos usuários de serviços públicos (art. 6º, I e III, do CDC; Art. 5º, inc. IV, CDUSP; art. 7º, V, da Lei Estadual 10.294/1999);
- 21) se o controlador e o operador de dados possuem um protocolo de acesso com graus de privilégios de acesso;
- 22) se e como é feita a anonimização e a guarda dos dados pessoais;
- 23) Se há análise sobre o impacto financeiro de eventuais falhas e vazamentos na atividade de troca de informações e armazenamento de dados, considerando como potencialmente afetados os membros da comunidade acadêmica e o desenvolvimento científico do país;
- 24) como é feita a governança do banco de dados decorrente dos tratamentos realizados;
- 25) qual a forma e frequência de atualização de referido banco de dados;
- 26) quem tem acesso aos dados pessoais coletados e quais são os graus de privilégios de acesso, tanto em relação ao controlador, ao operador e a terceiros, se houver;
- 27) Como é feita a anonimização dos dados pessoais;



2.2 Sobre as informações funcionais dos docentes:

28) que tipo de informações dos docentes são coletadas pela universidade e onde são armazenadas (servidores próprios ou de empresas contratadas);

29) se as bases de dados que armazenam informações pessoais e funcionais, informações de pesquisas científicas e informações de comunicações virtuais entre docentes e discentes são operadas e controladas pela universidade ou por outros;

30) em sendo por terceiros, quem são e qual o teor dos contratos com a prestadora do serviço;

31) se, além do prestador de serviço, as bases de dados são acessadas por terceiros para alguma finalidade específica;

32) quais informações dos alunos compõem a base de dados;

33) se as informações de cunho de propriedade intelectual, científica e de patente possuem qual processo de tratamento específico;

34) qual a forma e frequência de atualização de referido banco de dados;

35) se há um protocolo de acesso com níveis de privilégios de acesso, tanto em relação ao controlador, ao operador e a terceiros, se houver;

36) como é feita a anonimização dos dados pessoais;

37) se os docentes e discentes têm acesso às suas informações, e se podem realizar a retificação e solicitar o descarte das mesmas; quais são os procedimentos para tanto;

38) Se há análise sobre o impacto financeiro de eventuais falhas e vazamentos na atividade de troca de informações e armazenamento de dados, considerando como potencialmente afetados os membros da comunidade acadêmica e o desenvolvimento científico do país;

39) como é feita a governança do banco de dados de informações científicas;

40) quem é o controlador dos dados? Quais critérios de segurança do armazenamento, usos, formas de acesso e mecanismos de controle social da sua utilização com fundamento e base legal nas finalidades indicadas;

41) Se há compartilhamento da base de dados com outras entidades estatais e/ou privadas; se sim, quais;

42) se há parâmetros de confiabilidade da segurança de informação usados pelo sistema e pelo servidor do controlador de dados e do operador;

Adusp

3. Da resposta

Em cumprimento ao artigo 11 da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, o acesso às informações requisitadas deve ser imediato, ou, em não sendo possível o acesso imediato às informações postuladas, a resposta deve ser veiculada no prazo máximo de 20 dias, contados do protocolo do Requerimento.

Para o recebimento da resposta, comunico o seguinte endereço eletrônico secretaria@adusp.org.br.

São Paulo, 2 de setembro de 2020

Atenciosamente,



Prof. Dr. Rodrigo Ricupero
Presidente da ADUSP